

A. I. N° - 933973608/04
AUTUADO - MIC MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
AUTUANTE - TELMA PIRES CIDADE DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 03.12.2004

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0471-01/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 19/08/2004, aplica multa no valor de R\$ 690,00, em razão de falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas para consumidor final, apurada através de Auditoria de Caixa, com origem na denúncia fiscal nº 4989/04. Anexo ao PAF a nota fiscal nº 012742, série D-1, emitida para regularização da diferença omitida, as notas fiscais nº 012740, série D-1 e 000011 - EPP, para controle fiscal (trancamento) e o Termo de Auditoria de Caixa, (fls. 04, 5, 7 e 8).

O autuado, à fl. 18, apresentou defesa alegando que o fisco apurou o Termo de Auditoria de Caixa, às 17:40 hs e, o seu estabelecimento fecha às 17:30 hs estando ausente a responsável pelo caixa do estabelecimento.

Argumentou ter havido um recebimento de R\$ 153,80, referente a nota fiscal 0006, emitida em 15/07/04, tendo como destinatário Americar Veículos Ltda., fato só comunicado no dia seguinte, após a auditoria, gerando assim a diferença apurada.

Requeru o cancelamento da autuação.

A autuante, à fl. 22, transcreveu os art. 408-C, V, 218, I e 220, I do RICMS/97. Informou que o Termo de Auditoria foi lavrado às 17:30 hs, o que significa que a fiscalização se fez presente no estabelecimento em horário de 10 a 15 minutos antes, tempo suficiente para que o responsável pela empresa se identificasse, fornecesse as explicações devidas e somente então dar início a fiscalização propriamente dita.

Esclareceu que o numerário encontrado no caixa foi de R\$ 151,00. Que descabe o argumento defensivo de que o autuado recebeu a importância de R\$ 153,80, referente a saídas efetuadas no dia 15/07/04, mediante a nota fiscal nº 0006, que, inclusive, no momento da fiscalização esta informação foi omitida. Também, informou que a fiscalização foi realizada em atendimento à denúncia fiscal nº 4989/04, tendo o denunciante alegado ter efetuado compras e recebido nota de conferência em substituição ao documento fiscal comprobatório.

Opinou pela manutenção da autuação.

VOTO

Da análise das peças que compõem o presente processo verifico que a autuação se deu em razão de ter sido o contribuinte identificado, no dia 26/07/04, realizando operações de vendas de mercadorias sem a emissão de documento fiscal, tendo a autuante lavrado o Termo de Auditoria de Caixa, sendo emitidas as notas fiscais nºs 012740, série D-1 e 000011 - EPP (trancamento para controle fiscal) e a nota fiscal nº 012742, para regularização da omissão detectada na Auditoria de Caixa, no valor de R\$ 157,65, todos anexados aos autos, elementos materiais que comprovam ter sido identificado, o sujeito passivo, realizando operações de saídas de mercadorias sem a emissão do respectivo documento fiscal.

O sujeito passivo alega ter recebido a quantia de R\$ 153,80, relativa a vendas efetuadas em data anterior, ou seja, no dia 15/07/04, através da nota fiscal nº 000006, na data da realização dos trabalhos de fiscalização. Que o fato não foi informado ao fisco em razão de estar ausente a pessoa responsável pelo caixa do estabelecimento.

Não têm sustentação os argumentos defensivos, pelas seguintes razões:

a) da contagem do numerário e do Termo de Auditoria de Caixa se verifica que o contribuinte dispunha naquele momento de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais) em dinheiro e R\$ 133,80, em documento por vendas em cartão de crédito. Assim, o recebimento disponibilizado no caixa, em espécie, é em valor inferior ao dito recebido pelo autuado relativo a venda anteriormente realizada;

b) ficou evidenciado saídas com notas fiscais no total de R\$ 127,15, valor, inclusive, inferior ao total das vendas efetuadas através de cartões de crédito, que foi de R\$ 133,80, fato, que por si só, já evidencia a realização de vendas de mercadorias sem documentação fiscal naquela data;

c) não foi juntado nenhum elemento de prova que confirmasse o argumento defensivo, inclusive, mesmo sendo verdadeira a alegação defensiva, está provada que houve a realização de operações de vendas sem a emissão de documento fiscal comprobatório;

O RICMS/97, no seu art. 201, I, estabelece que os documentos fiscais serão emitidos pelos contribuintes, sempre que realizarem operações ou prestações sujeitas à Legislação do ICMS, o descumprimento de tal obrigação é passível da cobrança da multa no valor de R\$ 690,00, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 7.753/00.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 933973608/04**, lavrado contra **MIC MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, previsto no art. XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de novembro de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

ANTONIO CÉSAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI E SILVA – JULGADOR